

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO DEPARTAMENTO DE  
LICITAÇÕES E COMPRAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025**

**Proc. Administrativo 1DOC nº 5.200/2025**

**ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA.** (“Ilumitech” ou “Impugnante”), pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 04.375.003/0001-60, com sede na Rua Surubim, 577, Cj 43 e 44, CEP 04571-050, Vila Olímpia, São Paulo/SP, vem, tempestiva e respeitosamente, à presença do Ilustríssimo, com fundamento no item 4.19.3 do Edital e artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, apresentar

**IMPUGNAÇÃO**

ao EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2025, promovido pela PREFEITURA DE LEME, através da Secretaria de Obras e Planejamento Urbano, nos termos das questões de fatos e de direito a seguir expostas.

**I. DA TEMPESTIVIDADE**

Dispõe o ato convocatório que os licitantes deverão apresentar Impugnação ao Edital até o terceiro dia útil que anteceder a data fixada para entrega da proposta, *in verbis*:

4.19.3. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada, por meio do próprio site que opera a disputa.

Considerando que a data de entrega da proposta está marcada para o dia **18/08/25**, nos termos do Edital, bem como o protocolo na presente data, temos que esta impugnação resta plenamente tempestiva.

## II. DO EDITAL DE LICITAÇÃO

Trata-se de licitação CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2025, cujo objeto é a: *“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA ELÉTRICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LEME/SP;*

Ante à importância deste projeto para a população do municípios é de rigor que a licitação que o proceda seja realizada de maneira hígida e proba, seguindo todas as bases legais aplicáveis às contratações públicas.

Todavia não é o que se observa no presente processo, de modo que se faz necessária a presente Impugnação, a qual visa **apontar vícios que devem ser corrigidos** de imediato por esta Administração Pública, sob risco de maculação de todo o processo licitatório.

De início, vale ressaltar que o Edital **restringe a competitividade e contraria a Lei nº 14.133/2021**, na medida em que há ilegalidades quanto:

- A. Exigência de Procedência Nacional Exclusiva;
- B. Exigência Indevida de Laudo de Capacidade Produtiva por Laboratório Acreditado;
- C. Conflito entre Especificações Técnicas – Divergência entre Quadros e Texto do Edital;
- D. Exigência de Nível Tipo Bolha Incorporado à Luminária;
- E. Exigência de Válvula de Alívio de Pressão Incorporada à Luminária;
- F. Exigência de Cabo Externo com 50 cm de Comprimento;
- G. Divergência na Potência Nominal das Luminárias;
- H. Exigência de Grau de Proteção IP67;
- I. THD (Distorção Harmônica Total) e Dimerização;

- J. Critério para Eficiência Energética – PROCEL;
- K. Necessidade de comprovação de experiência com aprovação de projeto de IP junto à concessionária específica.
- L. Exigência de comprovação de execução de obras de extensão de rede de distribuição elétrica.
- M. Garantia de 5 anos fornecida pelo fabricante;
- N. Necessidade de Credenciamento junto à concessionária Neoenergia Elektro em 15 dias úteis;
- O. Exigência de Eletricista de Rede de Distribuição;
- P. Desclassificação em caso de não atendimento de nota técnica mínima;

Desta forma, tendo em vista que o instrumento convocatório fere o ordenamento jurídico e prejudica a obtenção da proposta mais vantajosa pela Administração Pública, é necessária a retificação do Edital, conforme demonstrar-se-á a seguir.

Neste sentido, quando trazidos ao conhecimento da Comissão, como é o caso, vícios presentes no Edital devem ser corrigidos, sob risco de posterior anulação de todo o processo de contratação.

### **III. DOS VÍCIOS DO EDITAL**

No presente tópico restará comprovado que o ordenamento jurídico é totalmente favorável à reforma do Edital em apreço, de modo a garantir a observância da legislação vigente, bem como para assegurar a melhor contratação pela Administração Pública. Vejamos.

#### **A. Exigência de Procedência Nacional Exclusiva;**

A exigência disposta no termo de referência que impõe procedência nacional exclusiva aos produtos objeto da licitação — impedindo a participação de fabricantes ou distribuidores de materiais importados — configura violação direta aos princípios constitucionais e legais que regem os processos licitatórios.

*“a) Declaração firmada pela empresa interessada de que os produtos fornecidos ao Município de Leme/SP, serão de procedência e assistência técnica nacional, vedada participação de fabricantes e/ou distribuidores de materiais importados;”*

Desde já, aponta-se que tal disposição encontra-se em **total desacordo com a Súmula 36 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**, a qual dispõe que:

*SÚMULA Nº 36 - Em procedimento licitatório, não se admite vedação a bens de fabricação estrangeira, salvo se decorrente de disposição legal.*

Ora, **não há qualquer disposição legal no sentido de que somente é possível a aquisição de luminárias (bens extremamente comuns) de procedência nacional.**

Sob este fundamento, o Tribunal tem suspenso e anulado licitações com cláusulas como a ora impugnada:

*EXAMES PRÉVIOS DE EDITAL. PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE PNEUS – RESTRITIVIDADE COM AFRONTA À SÚMULA 36 DO TCESP. PROCEDÊNCIA DAS REPRESENTAÇÕES. Indevidas exigências de que os pneus sejam de fabricação nacional e exiguidade de prazo para entrega dos produtos.  
(TCE-SP, 21573.989.23-3, Rel. Cons. Antonio Roque Citadini, julgado em 29/11/23)*

Tal disposição do edital também encontra-se em desacordo com o art. 5º da Lei 14.133/2021, que determina o respeito à isonomia, competitividade e à seleção da proposta mais vantajosa, o que é eliminado quando se insere critério de nacionalidade sem qualquer justificativa.

Essa vedação, **além de beneficiar artificialmente fornecedores locais, priva a Administração da ampla análise de alternativas economicamente mais vantajosas.**

Como não podia ser diferente, o Tribunal de Contas da União também tem o mesmo posicionamento:

*ADMINISTRATIVO. RELATÓRIO DE GRUPO DE TRABALHO CONSTITUÍDO POR DETERMINAÇÃO DO ACÓRDÃO 2241/2011-TCU-PLENÁRIO ESTUDOS DESENVOLVIDOS COM A FINALIDADE DE ANALISAR AS REPERCUSSÕES GERADAS PELA LEI 12.349/2010 NO REGIME LICITATÓRIO. É ILEGAL O ESTABELECIMENTO DE VEDAÇÃO. É ILEGAL ESTABELECER VEDAÇÃO A PRODUTOS E SERVIÇOS ESTRANGEIROS EM EDITAL DE LICITAÇÃO. INCONSTITUCIONALIDADE DO ESTABELECIMENTO DE POSSIBILIDADE DE VEDAÇÃO À OFERTA DE PRODUTOS ESTRANGEIROS VIA DECRETO DO PODER EXECUTIVO. É ILEGAL O ESTABELECIMENTO DE MARGEM DE PREFERÊNCIA NOS EDITAIS LICITATÓRIOS PARA CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS SEM A DEVIDA REGULAMENTAÇÃO VIA DECRETO DO PODER EXECUTIVO. COMENTÁRIOS A RESPEITO DA POSSIBILIDADE DE ESTABELECIMENTO DE MARGEM DE PREFERÊNCIA, NA FORMA E NOS LIMITES ESTABELECIDOS NOS DISPOSITIVOS ACRESCIDOS PELA LEI 12.349/2010 AO ART. 3º, § 8º, DA LEI 8666/1993. DETERMINAÇÕES.*

*TCU. ACÓRDÃO 1317/2013 - PLENÁRIO. Relator: AROLDO CEDRAZ.*

*Data da sessão: 29/05/2013.*

Portanto, o edital incorre em flagrante ilegalidade ao exigir “procedência nacional exclusiva” como critério de habilitação, impondo limitação injustificada ao universo de licitantes e **frustrando o caráter competitivo** do certame. A vedação não se justifica sob o aspecto técnico, tampouco está apoiada em qualquer norma de natureza cogente ou regulamento específico.

Diante disso, a adequação do instrumento convocatório, de modo a permitir a participação de fornecedores de produtos importados, desde que comprovem assistência técnica nacional, em total conformidade com os princípios da legalidade, isonomia e competitividade e com a Súmula nº 36 do TCE-SP é a medida que se impõe.

## B. Exigência Indevida de Laudo de Capacidade Produtiva por Laboratório Acreditado do Inmetro

A exigência contida no Termo de Referência (Da Apresentação das Declarações e Laudos Técnicos, item “g”), que impõe a apresentação de laudo técnico de capacidade de produção emitido por laboratório de ensaio acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro.

*g) Laudo técnico de capacidade de produção, realizado por laboratório de ensaio acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro, que demonstra a capacidade de produção do início ao final da fabricação de produtos, considerando avaliação dos componentes eletrônicos, tipo de carcaça e acabamentos ofertados nas licitações, visando evidenciar as condições fabris de produção e oferta de produtos em conformidade;*

Essa exigência se configura manifestamente irrazoável, desproporcional e tecnicamente inadequada, violando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, isonomia e ampla competitividade, todos consagrados no art. 5º da Lei 14.133/2021.

Os laboratórios acreditados pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro são, por definição, acreditados para a realização de ensaios laboratoriais cuja finalidade é avaliar a **conformidade técnica de produtos e materiais, e não a estrutura de produção das empresas**. Esses laboratórios não possuem, por escopo, competência legal ou técnica para realizar auditorias de **capacidade fabril** ou estrutural, tampouco estão autorizados a emitir esse tipo de certificação.

Dessa forma, exigir que a capacidade produtiva da empresa seja atestada por um laboratório acreditado pela CGCRE/Inmetro é uma imposição sem respaldo normativo, que cria um filtro indevido de acesso ao certame, pois obriga os licitantes a atender a uma condição materialmente inexecutável — dado que tais laboratórios não prestam esse tipo de serviço. Trata-se, portanto, de cláusula restritiva de caráter anticompetitivo.

No caso concreto, não há qualquer justificativa técnica apresentada pela Administração que demonstre a necessidade de tal laudo emitido por entidade que, por sua própria natureza técnica, não emite esse tipo de declaração. Trata-se,

assim, de exigência impossível de ser cumprida legitimamente, que viola o dever de adequação do procedimento licitatório às condições reais do mercado fornecedor.

Diante de todo o exposto, a medida que se impõe é a supressão da exigência de apresentação de laudo técnico de capacidade de produção emitido por laboratório de ensaio acreditado pela CGCRE/Inmetro, substituindo-se tal exigência por autodeclaração firmada por responsável técnico legalmente habilitado, com comprovante de vínculo com a empresa, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser acompanhada, se necessário, de documentação complementar mínima que permita à Administração verificar a compatibilidade da produção com o objeto licitado. Tal medida permitirá a manutenção do controle técnico sobre os licitantes, sem incorrer em restrições ilegais à competição, resguardando o interesse público e a legalidade do certame.

### **C. Conflito entre Especificações Técnicas – Divergência entre Quadros e Texto do Edital;**

O Edital ora impugnado e o Termo de Referência anexo apresentam informações que se desencontram entre si, conforme o seguinte quadro:

<b>Item</b>	<b>Texto Requisitos Gerais</b>	<b>Quadro Resumo</b>	<b>Correção Necessária</b>
Eficiência luminosa	200 lm/W	160–180 lm/W	Fixar em 200 lm/W
Fator de Potência	≥ 0,95	≥ 0,98	Corrigir para ≥ 0,95
TCC	4000K	4000/5000K	Corrigir para 4000K

Vida útil	65.000h (L70)	90.000–100.000h	Corrigir para 65.000h
Grau de proteção	IP66	IP67	Corrigir para IP66
Proteção contra surtos	10kV/10kA	10kV/12kA	Corrigir para 10kV/10kA

Sendo assim, é impossível a elaboração de proposta e participação na licitação uma vez que as licitantes não têm ciência quanto à real necessidade da Administração no caso.

Em outras palavras, a falta de definição clara das condições técnicas dos produtos pode levar a erros na execução contratual, uma vez que a Prefeitura pode esperar solução diversa daquela apresentada pela contratada.

Desta forma, é necessária a padronização das informações quanto a Eficiência luminosa, Fator de Potência, TCC, Vida útil, Grau de proteção e Proteção contra surtos.

#### **D. Exigência de Nível Tipo Bolha Incorporado à Luminária**

A exigência no Estudo Técnico anexo ao edital de que as luminárias devem conter nível tipo bolha incorporado no próprio produto representa imposição dispensável, tecnicamente desproporcional e restritiva à competitividade, contrariando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. A adequação do nivelamento pode ser realizada com instrumentos externos — como níveis convencionais ou digitais — que oferecem precisão equivalente e acarretam menor custo para o fornecedor.



As exigências de qualificação devem respeitar o patamar da razoabilidade, guardando relação com a dimensão e a dificuldade da obra a ser realizada sob risco de infringir o disposto na Lei 14.133/2021.

No ponto, **o TCE-SP possui posicionamento contra este tipo de exigência técnica, tendo determinado a correção de edital sobre este ponto:**

*EXAMES PRÉVIOS DE EDITAL. PLANEJAMENTO DEFICITÁRIO DO CERTAME. **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS RESTRITIVAS.***

***PROCEDÊNCIA DAS REPRESENTAÇÕES.*** 1. Denota-se a ausência de planejamento dos certames pela falta de integração entre os órgãos públicos responsáveis, com possibilidade de fornecimento em duplicidade do mesmo objeto. 2. Verifica-se a falta de planejamento pelo estabelecimento de preços díspares para produtos e serviços idênticos. 3. ***Necessidade de revisão de especificações desprovidas de fundamento técnico, capazes de impingir restritividade indevida nas disputas.***

*(...) Nessa categoria de restritividade, a representante lista as seguintes especificações: (...)*

*(v) A luminária deverá prever na parte superior do alojamento, nível bolha para nivelamento (sem utilização de equipamentos de medição) em relação ao eixo longitudinal da via;*

*(TCE-SP, 023041.989.21-1, Rel. Cons. Cristiana de Castro Moraes, julgado em 16/03/22)*

Dessa forma, impõe-se a revisão desta cláusula técnica: a obrigatoriedade de nível bolha integrado não agrega valor técnico direto, e sua inclusão no produto exclui fornecedores igualmente capacitados.

Essa alteração mantém o controle técnico e a qualidade da instalação, sem impor barreiras injustificadas à competitividade, preservando os princípios da legalidade, economicidade e eficiência pública.

#### **E. Válvula de Alívio de Pressão Incorporada**

A exigência de que as luminárias disponham de válvula de alívio de pressão incorporada é excessiva, tendo em vista que tecnicamente desnecessária e desproporcional. Explica-se.

Diante das exigências já definidas no Edital, de **grau de proteção IP 66, resistência a choques IK 09, e comprovação de durabilidade por meio de ensaios LM-80 e TM-21**, as luminárias a serem fornecidas **têm garantida a segurança, estanqueidade, resistência mecânica e vida útil do produto**, tornando a válvula incorporada uma **imposição redundante** que encarece a solução sem agregar vantagem técnica relevante.

Conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas do Estado, exigências de qualificação ou requisitos técnicos devem se limitar ao que seja estritamente necessário e guardar relação com a natureza, o objeto e a complexidade do contrato, sob pena de ferir os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, previstos no art. 5º da Lei 14.133/2021.

A redundância da válvula de alívio, quando há já rígidos controles sobre proteção contra água, poeira e choques mecânicos, demonstra que a Administração criou exigência técnica onerosa e desnecessária, contrariando os princípios de economicidade e eficiência.

Requer-se a remoção da exigência de válvula de alívio de pressão incorporada às luminárias, mantendo-se apenas os requisitos de IP 66, IK 09 e os ensaios LM-80 e TM-21, aceitando-se luminárias que cumpram tais normas, sem válvula incorporada, desde que garantam desempenho técnico equivalente em campo. Tal ajuste assegura a manutenção da qualidade exigida e amplia o leque de concorrentes aptos, observando os princípios da legalidade, competitividade e economicidade.

#### **F. Exigência de Cabo Externo com 50 cm de comprimento.**

Com relação à fiação, o Termo de Referência exige “mínimo 50cm de comprimento fora do braço da luminária”. Todavia, tal exigência não encontra respaldo técnico ou normativo, o que fere os princípios da proporcionalidade, economicidade e isonomia, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Na prática, **cabos de 30 cm são adotadas como padrão na indústria** de iluminação pública, sendo tecnicamente suficientes para conexão segura e econômica do produto, sem comprometer sua funcionalidade ou facilitar falhas por tração ou desgastes.

Obrigar o fornecimento com cabo mais longo implica em aumento desnecessário de matéria-prima, peso e volume, resultando em maiores custos de fabricação, armazenamento e transporte — despesas que, em última análise, são repassadas à Administração, contrariando o princípio da **economicidade**. Além disso, essa cláusula técnica seletiva **dificulta a competitividade**, excluindo fornecedores que fornecem luminárias já testadas e aprovadas com cabo de 30 cm, prática consolidada no mercado.

Nesse sentido, requer-se a **alteração da exigência de fiação para comprimento mínimo de 30 cm**, mantendo todas as demais especificações técnicas do edital, assegurando-se a mesma eficiência funcional e logística, porém promovendo melhor adequação técnica e redução de custo.

A adoção dessa medida respeita os princípios da legalidade, eficiência e ampla competitividade, potencializando a oferta de propostas vantajosas para o certame, adequando o edital às práticas mais comuns do mercado, o que aumenta o número de fornecedores interessados.

#### **G. Divergência na Potência Nominal das Luminárias;**

O Edital e os anexos apresentam variações entre as potências nominais das luminárias, ora exigindo 60 W/100 W/180 W e em outro trecho 70 W/100 W/180 W, gerando **insegurança e dificultando a formulação de propostas pelos licitantes**.

A contratação de empresa especializada em engenharia elétrica para execução de serviços de modernização e efficientização do sistema de iluminação pública do município de Leme/SP, a ser executado conforme condições e exigências estabelecidas neste termo de referência, conforme as subdivisões na forma dos itens que compõem o instrumento.

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
1	Substituição de luminárias de iluminação pública de vapor de sódio, vapor de mercúrio, carbono, por luminária de iluminação pública de tecnologia LED com potência de 70W	unid.	7.862
2	Substituição de luminárias de iluminação pública de vapor de sódio, vapor de mercúrio, carbono, por luminária de iluminação pública de tecnologia LED com potência de 100W	unid.	743
3	Substituição de luminárias de iluminação pública de vapor de sódio, vapor de mercúrio, carbono, por luminária de iluminação pública de tecnologia LED com potência de 180W	unid.	825
4	Instalação de novos pontos de iluminação pública incluindo braço e luminária de iluminação pública com tecnologia LED com potência de 100W	unid.	100
5	Instalação de postes multiplicações	unid.	5

#### Descrição Da Solução Como Um Todo

A solução proposta para a modernização do parque luminotécnico do município de Leme/SP tem como objetivo principal a substituição das luminárias obsoletas por luminárias com tecnologia LED, mantendo as potências existentes de acordo com o inventário atual.

As novas luminárias terão potências de 60W, 100W e 180W, e a definição dos pontos que receberão cada tipo de potência será feita com base em uma avaliação técnica realizada pela empresa contratada, que auxiliará a prefeitura nesse processo de tomada de decisão. Além disso, serão instalados postes multiaplicações em locais estratégicos, previamente definidos pela administração municipal, e criados pontos de iluminação pública para atender áreas com demanda reprimida.

Tal divergência atenta contra os princípios da vinculação ao edital, transparência, isonomia e competitividade, previstos nos arts. 5º e 37 da Lei 14.133/2021, e reforçados pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

A Administração e os licitantes estão vinculados rigorosamente ao instrumento convocatório, não se admitindo exigências conflitantes entre si.

Diante disso, **requer-se a uniformização imediata das potências nominais exigidas no edital, alinhando todos os dispositivos (Edital, Termo de Referência, anexos) para uma mesma sequência de potência**, a ser definida por justificativa técnica clara. Tal padronização é fundamental para assegurar a correta formatação das propostas e garantir a competitividade do certame, conforme exigido pelos princípios da legalidade, transparência e isonomia.

#### H. Exigência de Grau de Proteção IP67

A exigência de grau de proteção IP67 para luminárias viárias é tecnicamente desproporcional e desnecessária para instalações em postes, pois o nível IP66, que garante estanqueidade a poeira e jatos de água potentes, já atende plenamente às condições ambientais típicas de via pública. A Portaria Inmetro nº 62/2022 estabelece os requisitos compulsórios para luminárias de iluminação

pública viária, incluindo a certificação com grau mínimo **IP66**, e **não prevê exigência de IP67** para esse tipo de aplicação.

**A proteção IP67 está relacionada à imersão temporária em água, um cenário que não se aplica a postes de iluminação urbana.** Imposição desse nível mais elevado acarreta custo desnecessário aos fornecedores e restringe potencialmente a competitividade do certame, contrariando os princípios da proporcionalidade, economicidade, legalidade e isonomia, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Requer-se a alteração do Edital para que sejam aceitas luminárias com grau de proteção IP66, conforme o que determina a Portaria Inmetro nº 62/2022, removendo a exigência de IP67.

Essa medida assegura a preservação da segurança e durabilidade das luminárias ao mesmo tempo em que amplia a competitividade do certame e diminui os custos para a Administração sem qualquer prejuízo técnico.

#### **I. THD (Distorção Harmônica Total) e Dimerização**

O edital deve explicitar os critérios de  $THD \leq 10\%$  e possibilidade de dimerização, considerando que a norma internacional IEC 61000-3-2 estabelece limites claros para a distorção harmônica em equipamentos de iluminação, sendo a  $THD \leq 10\%$  condição obrigatória para garantir qualidade energética e compatibilidade eletromagnética.

A inclusão expressa desses parâmetros nos quadros e planilhas técnicas é indispensável para assegurar que as luminárias atendam às exigências regulatórias de eficiência e não causem supressão indevida da competição ou dificuldades de interpretação pelos licitantes.

Além disso, a exigência de dimerização — ou seja, de sistemas que permitam o ajuste do nível de iluminação (dimmer) — também deve constar com clareza no edital, uma vez que tal mecanismo contribui diretamente à eficiência energética, à redução de custos operacionais e à adequação à políticas públicas de sustentabilidade, previstos nos princípios da economicidade e eficiência da Lei 14.133/2021.

Requer-se a inclusão expressa, nos quadros e planilhas técnicas do edital, dos seguintes requisitos:

- $THD \leq 10\%$ , conforme exigido pela IEC 61000-3-2;
- Capacidade de dimerização, garantindo ajuste de intensidade luminosa.

Tal medida proporcionará clareza ao certame e garantirá competitividade efetiva, atendendo os padrões técnicos internacionais, os princípios legais (isonomia, transparência e economicidade) e as exigências normativas aplicáveis.

#### **J. Critério para Eficiência Energética – PROCEL**

O Termo de Referência exige a apresentação de “Certificados de qualidade e eficiência energética de acordo com o Selo do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica- PROCEL para as luminárias de iluminação pública;”.

Pois bem, para total conformidade técnica e legal, **é imprescindível que seja expressamente exigida a inclusão do modelo da luminária na tabela oficial PROCEL INFO**. Os critérios para obtenção deste selo são rigorosos: a luminária deve ser ensaiada em laboratório acreditado, atender a requisitos de potência, fluxo luminoso, eficiência mínima de eficiência energética (ex.  $\geq 110 \text{ lm/W}$ ), fatores de potência e demais parâmetros técnicos definidos pelo Procel

Esses requisitos estão disponíveis na tabela do Procel Info e atendem à exigência da Portaria Inmetro nº 20/2017 (e complementares), garantindo que as luminárias já incorporam as normas técnicas e critérios de eficiência vigentes. Exigir outros documentos ou certificações adicionais, sem referência a essa tabela, pode resultar em interpretação subjetiva e criar barreiras desnecessárias, ferindo os princípio da transparência, isonomia e competitividade, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Requer-se a manutenção da exigência de eficiência energética **apenas com base na presença do modelo na tabela PROCEL INFO vigente**, sem obrigações adicionais. Essa medida assegura clareza e segurança jurídica ao certame, alinhando-se ao padrão técnico nacional e promovendo competitividade, economicidade e legalidade.



**K. Itens 5.3.c.ii e 5.4.a.ii do Termo de Referência – Experiência com aprovação de projeto de Iluminação Pública junto a concessionária específica**

O item 5.3.c.ii do Termo de Referência assim define quanto às exigências de qualificação técnica:

*5.3. Das Diretrizes de Qualificação Técnica Operacional e Profissional*

*A futura empresa interessada em participar do processo licitatório, deverá atender os requisitos técnicos para qualificação técnica operacional e profissional. Se tratando da qualificação técnica operacional, corresponde aos seguintes pontos: (...)*

*c) Comprovar capacitação técnica-operacional, mediante apresentação de atestados de capacidade em seu nome, junto com a anotação de responsabilidade técnica - ART ou o registro de responsabilidade técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compatíveis com a presente licitação, a que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber: (...)*

*ii. **Elaboração/Aprovação de Projeto de Iluminação Pública junto a concessionária Neoenergia Elektro**, contento a instalação de no mínimo 50% do objeto referente;*

*Em relação a qualificação técnica profissional, corresponde sendo:*

*a) Comprovação de capacidade técnico-profissional, na qual a empresa interessada deverá possuir em seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior detentor de Certidão de Acervo Técnico que comprove a execução de serviço com características similares às de parcelas de maior relevância do objeto de referência, nos termos da súmula 23 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, dos quais se depreenda, no mínimo, as seguintes atividades de maior relevância: (...)*

*ii. **Elaboração/Aprovação de Projeto de Iluminação Pública junto a concessionária Neoenergia Elektro**, contento a instalação de no mínimo 50% do objeto referente;*

Ora, trata-se de **direcionamento descarado do certame!**



Dentre as diversas empresas do mercado que podem executar com competência o objeto ora licitado, pouquíssimas detêm atestados junto à concessionária Neoenergia Elektro especificamente.

Isto é, a exigência simplesmente de “elaboração/aprovação de projeto de iluminação pública junto a qualquer concessionária” já seria suficiente para o atendimento a tal exigência, conforme consta no próprio Edital (itens 4.9.18.2.2.2 e 4.9.18.3.1.2).

Sendo assim, não são necessárias maiores considerações para que fique claro que é de rigor a **exclusão da referida menção a tal concessionária específica**, sob pena de limitação indevida do universo de participantes nesta licitação.

Tal alteração eliminará barreiras indevidas à concorrência, garantindo ampla participação, proteção da isonomia e respeito aos princípios da legalidade e eficiência.

#### **L. Itens 4.9.18.2.2.3 e 4.9.18.3.1.3 – Execução de obras de extensão de rede de distribuição elétrica**

As exigências previstas nos itens acima descritos, que condicionam a habilitação técnica operacional e profissional à “comprovação de experiência na execução de obras de extensão de rede de distribuição de energia em baixa e média tensão” são **manifestamente incompatíveis com o objeto da licitação — modernização de iluminação pública** — extrapolando os requisitos razoáveis e necessários para o certame e violando os princípios da competitividade e da vinculação ao edital.

A experiência exigida diz respeito a obras com normas técnicas, responsabilidades e finalidades distintas, pois trata de ampliação de rede elétrica, não de projeto ou instalação de luminárias. Tal imposição direciona a disputa para empresas do setor elétrico voltadas à distribuição, em detrimento de empresas especializadas em iluminação pública, o que constitui filtro injustificado.

Ressalta-se: a execução de obras de extensão de rede de distribuição são de responsabilidade das concessionárias de energia elétrica, empresas que atuam em ramo diferente dos serviços de iluminação pública.

O art. 67, inciso I, da Lei 14.133/2021 impõe que a habilitação técnica se dê por meio de atestado de responsabilidade técnica por obras ou serviços compatíveis, ou seja, experiências com objeto, características, quantidades e prazos similares. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União, conforme consolidada na Súmula 263, reafirma que a comprovação técnica deve se restringir a serviços similares, não exigindo tipologia idêntica ou envolvimento com outros sistemas, salvo justificativa técnica explícita

Adicionalmente, a doutrina e a prática de controle reforçam que cláusulas de qualificação devem ser proporcionais e estritamente relacionadas ao objeto da licitação, sob pena de restringir a competitividade sem favorecer o interesse público

Requer-se, portanto, a exclusão do item 4.9.18.2.2.3, relativo à obrigatoriedade de experiência com obras de extensão de rede elétrica, mantendo-se apenas a necessidade de comprovação de capacidade técnica por meio de atestado compatível com a elaboração e execução de projetos e obras de iluminação pública, conforme previsto no art. 67, I, da Lei 14.133/2021.

Com isso, eliminam-se barreiras incoerentes ao certame, preservando-se a ampla competição e os princípios da legalidade, isonomia e eficiência.

#### **M. Item 4.9.18.3.1.2 – Elaboração e aprovação de projeto de iluminação pública junto a concessionárias**

A exigência contida no item 4.9.18.3.1.2, relativa à demonstração de "Elaboração e aprovação de Projeto de Iluminação Pública junto a concessionárias ou fornecedores públicos de energia elétrica", configura clara redundância do item 4.9.18.2.2.2 e reproduz o mesmo vício de condicionamento do certame a experiência específica com concessionárias. Essa duplicidade não só cria barreira desnecessária, mas também gera confusão nos critérios de habilitação e pode ensejar questionamentos jurídicos por vício de origem e direcionamento.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório — previsto no art. 5º da Lei 14.133/2021 — exige clareza e coerência nos requisitos, sem contradições ou requisições repetitivas que dificultem a compreensão e a formulação de propostas.

Exigir ambas as cláusulas — 4.9.18.2.2.2 e 4.9.18.3.1.2 — não aumenta o nível técnico exigido, mas **reforça o mesmo obstáculo**, favorecendo empresas com histórico em tramitação de projetos junto a concessionárias e excluindo concorrentes qualificados sem justificativa técnica diferenciada. Essa duplicidade viola os princípios da **isonomia** e da **competitividade**, além de ferir o dever de objetividade e proporcionalidade na elaboração do edital.

**A exclusão do item 4.9.18.3.1.2**, por redundância e vício técnico-jurídico, uma vez que já se trata do mesmo requisito imposto no item 4.9.18.2.2.2, com mesmos efeitos sobre a limitação da competitividade, sem agregar valor técnico ou funcional ao certame é, portanto, a medida que se impõe. A exclusão eliminará confusão normativa e manterá o caráter competitivo e equitativo do processo licitatório.

#### **N. Item 4.9.18.3.1.3 – Execução de obras de rede elétrica**

A exigência prevista no item 4.9.18.3.1.3, que impõe a comprovação de experiência na execução de obras de rede elétrica, repete o contido no item 4.9.18.2.2.3, reforçando um requisito irrelevante ao objeto principal da licitação — modernização da iluminação pública. Trata-se de serviço com natureza, normas técnicas e responsabilidades distintas, não vinculadas à instalação e manutenção de luminárias e sistemas luminotécnicos.

Tal exigência configura barra desnecessária à competitividade, ao direcionar o certame para empresas do setor elétrico de distribuição, em detrimento de fornecedores especializados em iluminação pública, sem qualquer contrapartida técnica. O art. 67, inciso I, da Lei 14.133/2021, exige apenas atestado de responsabilidade técnica por obras ou serviços compatíveis com o objeto, o que já abrange perfeitamente a experiência em iluminação pública.

Requer-se a exclusão do item 4.9.18.3.1.3 das exigências de habilitação técnica, mantendo-se apenas critérios compatíveis com o objeto licitado — ou seja, atestados técnicos por experiência com iluminação pública, conforme art. 67, I, da Lei 14.133/2021. Essa medida assegurará a ampla concorrência, a isonomia e a eficiência do certame.

#### **O. Item 4.11.1.2 – Garantia de fábrica de 5 anos**

A exigência prevista no item 4.11.1.2 do Edital impõe a apresentação de declaração formal do fabricante garantindo a garantia de fábrica por 5 anos:

*4.11.1.2. Declaração formal do compromisso de garantia de fábrica, emitida pelo fabricante, assegurando período mínimo de 05 (cinco) anos para os produtos fornecidos;*

Tal cláusula se mostra desnecessária, restritiva e afronta os princípios da competitividade, proporcionalidade e isonomia, previstos no art. 5º da Lei 14.133/2021. **O prazo de garantia pode ser estabelecido contratualmente pela Administração.**

Além disso, diversas empresas do ramo não têm meios para exigir do fabricante tal declaração, **uma vez que este é pessoa alheia ao certame**, não podendo assumir responsabilidade em procedimento em que não fazem parte.

Neste sentido, o próprio licitante pode assumir a garantia junto à Administração por meio de declaração ou mesmo contrato, sendo indevida tal exigência do item 4.11.1.2.

Diante disso, requer-se a **exclusão da exigência de declaração emitida pelo fabricante** garantindo a garantia de fábrica por 5 anos (item 4.11.1.2), ou, subsidiariamente, que seja substituída por simples **declaração do proponente**, sujeita às penalidades contratuais cabíveis, evitando restrições injustificadas à participação no certame e resguardando a liberdade contratual, a livre iniciativa e os princípios constitucionais e legais aplicáveis.

#### **P. Item 4.13.1.3 – Credenciamento junto à concessionária Neoenergia Elektro**

O item 4.13.1.3 do Edital condiciona a execução do contrato ao credenciamento já concluído junto à concessionária Neoenergia Elektro em 15 dias úteis não se mostra razoável.

Isto é, a futura contratada não tem condições de garantir que a concessionária em questão realize o credenciamento no prazo estipulado no Edital, de modo que a contratada não pode ser responsabilizada por falhas cometidas por terceiros alheios ao contrato.

Assim, é de rigor que se aceite, para fins de início da execução contratual, o protocolo de solicitação, acompanhado de compromisso formal de concluir o credenciamento, o qual atenderá com eficácia às necessidades da Administração, sem impor exigência desnecessária aos proponentes.

Requer-se, então, que o item 4.13.1.3 seja reformulado para permitir a **apresentação de protocolo de solicitação de credenciamento**, acompanhado de declaração formal de compromisso de conclusão junto à concessionária.

Tal medida garante a **ampla competitividade**, preserva a segurança jurídica do certame e respeita os princípios da legalidade, eficiência e isonomia.

#### **Q. Item 4.13.1.2.b do Edital – Eletricista de Rede de Distribuição**

A exigência de equipe com Eletricista de Rede de Distribuição insere critério incompatível com o objeto da licitação, que é a modernização da iluminação pública, não a execução de obras ou manutenção de infraestrutura elétrica de distribuição.

Esse requisito não encontra respaldo na norma técnica aplicável — a ABNT NBR 5101, que regula procedimentos e projetos de iluminação viária, sem exigir profissionais especializados em redes de distribuição.

Além disso, **a contratação de profissionais com registro no CREA — engenheiro eletricista ou técnico habilitado — é medida mais adequada e suficiente para garantir a segurança e a qualidade técnica na instalação de luminárias**, alinhada às boas práticas do setor. A imposição de qualificação para “Eletricista de Rede” agrava a burocracia e cria barreira técnica desnecessária, restringindo a isonomia e a competição, em flagrante desacordo com os princípios da vinculação ao edital, competitividade e proporcionalidade, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Requer-se, portanto, que o requisito seja excluído ou substituído por exigência efetivamente compatível com o objeto: admissão de profissional habilitado no CREA, seja engenheiro eletricista ou técnico em eletrotécnica, responsável técnico pela execução. Essa medida ajusta o edital à realidade técnica do certame, amplia a competitividade e assegura a legalidade do processo licitatório.

#### **R. CRITÉRIOS TÉCNICOS (NT) – item 6.7.1 (Anexo VII) - Pontuação mínima obrigatória**

Todos os 10 (dez) critérios técnicos de julgamento estabelecidos no Anexo VII do Edital prevêm a desclassificação da licitante em caso de não atingimento de patamar mínimo. Tais disposições não se encontram em conformidade com a jurisprudência do TCE-SP.

Ressalta-se desde já o entendimento da Corte de Contas Paulista sobre o tema:

***É inadmissível a desclassificação de licitantes em razão de não atingimento de pontuação mínima estabelecida para a proposta técnica, uma vez que se trata de previsão exclusiva das licitações do tipo “melhor técnica”, na linha da jurisprudência deste Tribunal, ilustrada pelo julgamento do processo n.º TC-019577.989.18-9, em Sessão Plenária de 17/10/2018, sob relatoria do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo. Deste modo, deve ser eliminado o subitem 4.4 do Anexo VI (...)***  
***(TCE-SP, TC-015710.989.22-9, Rel. Cons. Cristiana de Castro Moraes, julgado em 21/09/22)***

Ou seja, o presente Edital, na forma em que ora lançado, desrespeita o entendimento da Corte responsável pela fiscalização das atividades deste ente federativo, de modo que tal Tribunal julgará irregular esta licitação quando a apreciar. Ademais, é provável que o TCE-SP suspenda o presente Edital determinando a correção de tais cláusulas.

Assim, se mostra necessária a exclusão da hipótese de desclassificação em caso de não atendimento de nota técnica mínima, de forma que as certificações

técnicas não sejam eliminatórias, promovendo maior competitividade e observância dos princípios constitucionais e legais da licitação.

#### IV. DA NULIDADE DAS EXIGÊNCIAS DO EDITAL

O princípio da competitividade é um dos pilares das licitações públicas e está expresso no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, o qual determina que a Administração deve assegurar a ampla participação de licitantes aptos a executar o objeto contratual. O próprio art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal estabelece que as contratações públicas devem obedecer ao princípio da isonomia, vedando requisitos que limitem indevidamente a participação de interessados.

Aplicando esse entendimento ao caso concreto, fica evidente todas as restrições acima expostas possuem efeito restritivo. Essas exigências não estão diretamente relacionadas à capacidade técnica da licitante para realizar o objeto contratado e configuram critério que pode reduzir indevidamente o número de concorrentes.

Ao favorecer determinadas empresas, contrariando a isonomia e a busca pela proposta mais vantajosa, tais regras ferem os princípios constitucionais da igualdade, legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e economicidade previstos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, além de violar o entendimento do TCU (Súmula 247), que veda cláusulas tendentes a restringir injustificadamente a competitividade dos processos licitatórios.

MANDADO DE SEGURANÇA. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 124/2018. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ANGIOGRAFIA COM INSTALAÇÃO E GARANTIA. Discussão relativa à inobservância do princípio da isonomia entre os licitantes praticada pela Pregoeira, autoridade impetrada . R. sentença que denegou a segurança. Reforma. **Elementos dos autos que evidenciam o direito líquido e certo da impetrante diante da violação dos princípios da isonomia e interesse público . Necessidade de anulação da sessão pública** referente ao item I do Pregão Eletrônico nº 124/2018, com a consequente reabertura da sessão pública na fase de negociação com as licitantes classificadas. RECURSO DE APELAÇÃO DA IMPETRANTE PROVIDO. (TJ-SP - AC: 10329332020188260053 SP 1032933-20.2018 .8.26.0053, Relator.: Flora



Maria Nesi Tossi Silva, Data de Julgamento: 19/06/2019, 13ª Câmara de  
Direito Público, Data de Publicação: 19/06/2019)

Além disso, a Administração Pública deve observar o princípio da razoabilidade e proporcionalidade dos atos administrativos, nos termos do artigo 5º, *caput*, da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **princípio da razoabilidade** impõe que os atos administrativos devem guardar coerência lógica e adequação entre os meios empregados e os fins pretendidos, evitando exigências desnecessárias ou excessivamente onerosas. Já o **princípio da proporcionalidade** exige que as medidas adotadas pela Administração Pública sejam adequadas, necessárias e equilibradas, impedindo restrições que ultrapassem o limite do indispensável à satisfação do interesse público.

Além disso, o princípio da proporcionalidade, amplamente reconhecido no ordenamento jurídico brasileiro, impõe que os requisitos estabelecidos em licitações observem um equilíbrio entre a necessidade da Administração e o impacto sobre a competitividade. Nesse sentido, a manutenção da exigência de atestado técnico configura medida desproporcional e desarrazoada, que restringe indevidamente a competitividade do certame e viola os princípios da eficiência e da busca pela proposta mais vantajosa, conforme prevê a lei incidente.

Portanto, restou comprovado que **os itens impugnados restringiram indevidamente a igualdade de condições dos licitantes, ao estabelecer exigência desproporcional** pois não representam parcela de maior relevância do objeto licitado, devendo sua exigência ser afastada e seja determinada a correção.

Trata-se de medida imprescindível para a observância dos princípios atinentes à administração pública, em especial os princípios da legalidade, igualdade, razoabilidade e proporcionalidade.

A ilegalidade das exigências do edital compromete a lisura da licitação, pois viola o princípio da administração pública. **A Administração Pública está vinculada aos termos da lei e não pode inovar em matéria de exigências editalícias sem respaldo normativo, sob pena de nulidade do ato convocatório.**



O artigo 53 da Lei Federal nº 9.784/1999, que regulamenta os processos administrativos, estabelece que a Administração tem o dever de anular seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-lo por motivo de conveniência ou oportunidade.

Art. 53. **A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade**, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Nesse sentido, caso o edital não seja suspenso para a devida revisão, seguirá em flagrante ilegalidade, ao passo que o Tribunal de Contas da União (TCU) tem reiteradamente decidido pela nulidade de cláusulas editais que estabelecem restrições indevidas e que não guardam pertinência com a execução do objeto contratado.

De acordo com a jurisprudência pacífica, as **cláusulas ilegais são passíveis de anulação pela administração pública**. Vejamos:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS. SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO PARA EMPREGO EM MISSÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE INDÍGENA. INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES COM POTENCIAL DE RESTRINGIR A COMPETITIVIDADE E A OBTENÇÃO DAS MELHORES PROPOSTAS. OITIVA DA UNIDADE JURISDICIONADA. SUFICIÊNCIA DOS ELEMENTOS CONSTANTES DO PROCESSO PARA CONFIRMAR A EXISTÊNCIA DE ILEGALIDADES. CONHECIMENTO E PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÃO PARA ANULAR O CERTAME. CIÊNCIAS. 1. A deficiência ou o erro na publicidade das licitações somente podem ser considerados falhas formais quando não comprometem o caráter competitivo do certame. 2. **Quando houver impugnação ao edital apontando a existência de cláusulas restritivas à competitividade do certame, é dever do responsável por conduzir a licitação realizar a revisão criteriosa dessas cláusulas, ainda que a impugnação não seja conhecida.** [...] 4. Somente é necessário realizar o contraditório das empresas vencedoras da licitação no caso de terem sido apontadas, de modo direto ou indireto, como causadoras do desfazimento da licitação. (TCU - RP: 14142023, Relator: JORGE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 12/07/2023)

Assim, diante da inobservância da Lei nº 14.133/2021, bem como da jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas e dos princípios que regem a Administração Pública, impõe-se o reconhecimento da nulidade da exigência contida no edital, com a consequente SUSPENSÃO e adequação do ato convocatório. Caso contrário, persistirá a violação à legalidade, à isonomia e à competitividade do certame.

#### **IV. CONCLUSÃO E PEDIDOS**

Ante o exposto, considerando as ilegalidades e irregularidades apontadas na presente Impugnação, respeitosamente requer-se:

**A. O acolhimento integral da presente impugnação**, com o consequente saneamento das cláusulas restritivas e ilegais apontadas, notadamente para:

- a. Excluir-se a alínea “a” do item “Da Apresentação das Declarações e Laudos Técnicos” do Termo de Referência**, possibilitando a participação de luminárias importadas com assistência técnica nacional, uma vez que tal exigência encontra-se em desconformidade com a Súmula 36 do TCE-SP;
- b. Excluir-se a alínea “g” do item “Da Apresentação das Declarações e Laudos Técnicos do Termo de Referência**, possibilitando a apresentação de declaração assinada por responsável técnico da licitante;
- c. Padronizar-se as informações** quanto a Eficiência luminosa, Fator de Potência, TCC, Vida útil, Grau de proteção e Proteção contra surtos
- d. Excluir-se a exigência de nível bolha incorporado nas luminárias**, tendo que vista que dispensável tecnicamente pois o nivelamento pode ser feito com instrumentos externos com igual precisão e menor custo;

- e. **Excluir-se a exigência de válvula de alívio de pressão incorporada nas luminárias**, tendo que vista que dispensável tecnicamente, os requisitos de durabilidade encontram-se atendidos por meio das demais exigências técnicas presentes no edital;
- f. **Alterar-se a exigência de fiação de no mínimo 50cm de comprimento fora do braço da luminária**, adequando-se tal exigência a 30 cm, o padrão de mercado;
- g. **Uniformizar-se as potências nominais exigidas no edital, alinhando todos os documentos (Edital, Termo de Referência, anexos) para uma mesma variedade de potência (60W/100W/180W ou 70W/100W/180W);**
- h. **Excluir-se a exigência de grau de proteção IP67 (que se refere a imersão em água, desnecessária para o presente projeto)**, aceitando-se grau de proteção IP66 conforme a Portaria nº 62/2022 do Inmetro;
- i. **Incluir-se a exigência de THD  $\leq$  10%, conforme exigido pela IEC 61000-3-2** para maior segurança da Administração na contratação de produtos adequados;
- j. Manter-se a exigência de eficiência energética apenas com base na presença do modelo na **tabela PROCEL INFO vigente**;
- k. **Adequar-se os Itens 5.3.c.ii e 5.4.a.ii do Termo de Referência** para que sejam aceitos atestados relativos a qualquer concessionária ou fornecedora pública de energia elétrica, conforme já consta dos itens 4.9.18.2.2.2 e 4.9.18.3.1.2 do Edital;

- l. Excluir-se os itens itens 4.9.18.2.2.3 e 4.9.18.3.1.3 do Edital**, uma vez que exigem atestado relativo a serviços alheios ao objeto do presente certame;
  - m. Excluir-se a exigência de declaração de garantia emitida pelo fabricante** garantindo a garantia de fábrica por 5 anos (item 4.11.1.2 do Edital), ou, subsidiariamente, que tal garantia seja substituída por simples declaração do proponente, sujeita às penalidades contratuais cabíveis;
  - n. Reformule-se o item 4.13.1.3** para permitir a apresentação de protocolo de solicitação de credenciamento;
  - o. Excluir-se o item 4.13.1.2.b do Edital e demais menções no Edital e Termo de Referência**, tendo em vista que não é necessário Eletricista de Rede de Distribuição para execução dos serviços objeto deste edital;
  - p. Excluir-se a hipótese de desclassificação em caso de não atendimento de nota técnica mínima** do Anexo VII, tendo em vista a jurisprudência do TCE-SP sobre o tema;
- B. A suspensão do certame, até que sejam promovidas as devidas adequações no Edital**, evitando-se prejuízos ao interesse público e eventuais questionamentos administrativos ou judiciais futuros.

Leme/SP, 6 de agosto de 2025.

Termos em que,  
pede deferimento.

---

**ILUMITECH CONSTRUTORA LTDA.**

# MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: TEEFQ-MUHWE-UNQT4-L9HEW

\*\*\* O documento pode conter assinaturas não ICP Brasil, confirmadas a partir do email atribuído ao signatário \*\*\*

Documento assinado no Assinador Registro de Imóveis, pelos seguintes signatários:

DIEGO DO PRADO RODRIGUES (CPF 314.988.168-43)

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate/TEEFQ-MUHWE-UNQT4-L9HEW>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate>